

INTERVENÇÃO NA RUA CAIS DA ALFÂNDEGA - A ARQUEOLOGIA E O RESGATE HISTÓRICO DO RECIFE ANTIGO

Lenivaldo Cavalcante da Silva*

A área conhecida como Recife Antigo é fruto de um processo secular de ação, principalmente antrópica. Teve a sua superfície modificada através de sucessivos aterros que, aos poucos, foram vencendo a ação das águas marítimas e fluviais, resultando na ampliação considerável de sua área de ocupação.

No início do período colonial existia apenas uma pequena faixa de terra – um Istmo – com aproximadamente 80 metros de largura, que unia o povoado do Recife a Olinda. “(...) *De Olinda estende-se para o sul, entre o rio Beberibe e o oceano, um istmo, de cerca de uma légua, assaz estreito e arenoso, semelhante a uma costela ou linguazinha.* (...)”(1). Com os aterros, este istmo evoluiu até as feições atuais. Correndo paralela à costa, a formação natural de arenito – os arrecifes – além de originar o nome da Cidade forneceu por certo tempo matéria-prima para a construção de diversas edificações e, tal qual uma *muralha*, protegia o litoral contra as ondas do Atlântico, oferecendo um excelente ancoradouro para os navios da época. A sua condição de porto caracteriza a cidade até hoje. Com a importância que o local adquiriu, logo as terras ficaram insuficientes para atender aos comerciantes que ali buscavam se instalar. A necessidade de ocupação da superfície provocou uma sucessão de aterros, devidamente registrados em iconografias ao longo dos séculos. A área cresceu horizontal e verticalmente, surgindo novas quadras, novas ruas e construções de distintas concepções arquitetônicas, compondo um cenário repleto de diferentes atores sociais. No início do século XX, em conformidade com as tendências de uma “modernidade” que dominavam o ocidente, mas muito mais por conta das necessidades portuárias, boa parte do “Recife Antigo” teve seus imóveis demolidos e o seu traçado urbano alterado, soterrando assim um marco da História Brasileira: o bairro do Recife. Para atender as “modernas” necessidades portuárias, em um trecho localizado entre a Cruz do Patrão e o Forte do Buraco, o Istmo foi rompido transformando parte dele na atual Ilha do Recife, separando-a de Olinda.

De 1999 até 2002, o Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, coordenado pelo Professor Doutor Marcos Albuquerque, atuou no local em diferentes pontos recuperando parte desta História. Através de um estudo sistemático de diferentes documentos iconográficos e textuais, e a aplicação de uma eficiente metodologia arqueológica, foi possível identificar estruturas de diversas naturezas e de diferentes períodos desta História, desde o século XVII até o século XX. Mais que estudar os sítios isoladamente, o Laboratório de

Arqueologia tem como interesse o estudo do conjunto destes sítios e suas relações, buscando uma maior compreensão do processo de expansão/ocupação do local.

Dos trabalhos executados, vale salientar a pesquisa na primeira sinagoga das Américas, a *Kahal Zur Israel*, que trouxe a tona, não só elementos da construção relacionados a *Gente da Nação* bem como elementos que transcendem a ocupação judaica em Pernambuco, como por exemplo, uma muralha em pedra do período seiscentista, que de acordo com a cartografia antiga, circundaria todo o Recife Antigo atingindo em torno de mil e quinhentos metros de perímetro. Contudo, ainda não se sabe se a muralha foi totalmente construída, mas após a descoberta de um trecho nas escavações da Sinagoga a sua construção, ou parte, ficou evidente pois, “(...) *permitiu a identificação de uma antiga muralha, em pedra, do Recife seiscentista, iniciada quando da presença holandesa e deixada não concluída, sobre a qual repousaram as paredes fundeiras daquela sinagoga e de outros prédios construídos então na Rua dos Judeus (...)*” (2). Também merece destaque as escavações realizadas no *Forte do Brum*, construído no século XVII em um ponto estratégico à frente da entrada do Porto do Recife – na época ponto crucial para a defesa do local. Durante o acompanhamento arqueológico do **Projeto Luz e Tecnologia do Recife Antigo** foram descobertos entre outros elementos, o Baluarte leste – componente do sistema de defesa que protegia o Recife no século XVII. O bastião, em arenito trabalhado, estava integrado a muralha mencionada anteriormente, tendo sido descoberto, inclusive, outros trechos da dita muralha. Ainda neste Projeto foi encontrada parte de uma paliçada também componente de um sistema de defesa, possivelmente do período de ocupação anterior à invasão holandesa. Tais estruturas de defesa evidenciam a característica bélica da sociedade do período, sempre sob a iminência de um ataque, tanto dos grupos nativos, quanto do além-mar.

Além das estruturas defensivas, o acompanhamento arqueológico do **Projeto Luz e Tecnologia** permitiu ainda a localização de trechos de galerias do sistema de saneamento do século XIX. E também trechos de ruas pavimentadas localizadas a mais de um metro abaixo do nível das ruas atuais, como a Travessa do Corpo Santo, que levava ao Largo da Igreja do Corpo Santo – antiga Ermida de Santelmo – demolida no início do século XX.

Já na Intervenção na Rua Cais da Alfândega, a pesquisa Arqueológica revelou parte das estruturas dos armazéns nos arredores da Alfândega e uma estrutura no entorno onde se localizava o Arco da Conceição, uma das portas do Recife. Esta última estrutura localizada trata-se, possivelmente, de um cais construído em 1743 pelo então governador Viera Freire. No entanto, suas feições têm ainda, características de uma estrutura de defesa.

Além das estruturas, é necessário salientar que ao longo das pesquisas foram encontrados em torno de duzentos mil fragmentos de diversos materiais de usos diário, pessoais ou não, como parte constituinte destes aterros. Cachimbos holandeses e luso-brasileiros, faianças portuguesas,

louças de diversas nacionalidades, cerâmicas, ossos, moedas, material bélico, etc. cujas informações inerentes permitem uma larga contribuição para a compreensão da história local. *“O estudo desses objetos é realizado mediante uma análise de acordo com a categoria de cada tipo específico de material. Cada fragmento é dotado de historicidade e possui características que refletem a sociedade que o utilizou”.*(3)

A Arqueologia Histórica permite a intervenção a partir de uma análise de fontes documentais escritas e iconográficas. A aplicação de uma metodologia arqueológica mais adequada à determinada situação permite a obtenção de informações que, somadas e/ou comparadas às já existentes, podem conduzir a novas reflexões. Contudo, alguns fatores prejudicam o desempenho de uma boa pesquisa, principalmente nos casos de **Salvamento Arqueológico**. Neste é “imposto” uma limitação no tempo de pesquisa, que fica na maioria das vezes atrelada a um cronograma da empresa executora dos trabalhos civis. Além do tempo escasso se tem limitada a área de atuação do arqueólogo, impossibilitando por vezes de ir adiante na verificação de determinadas hipóteses. Embora não impeça uma efetiva abordagem do sítio em todos os aspectos técnico-metodológicos, restringe o alcance das análises. A restrição, por exemplo, ao local de execução de uma obra civil, delimitada por vezes a valas de cinquenta centímetros de largura, compromete o alcance do estudo de estruturas que por ventura venham a ser descobertas. A guisa de exemplo veremos o acompanhamento das obras de revitalização da Rua Cais da Alfândega, no Recife Antigo. A revitalização foi desenvolvida pela URB dentro do Programa Monumenta/BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

Durante os meses de fevereiro a junho de 2002 o Laboratório de Arqueologia da UFPE fez o acompanhamento arqueológico das obras para a recuperação da rua Cais da Alfândega no Recife Antigo, respaldando os trabalhos civis, uma vez que, por determinação legal para as áreas tombadas é dever do poder público proteger seu patrimônio cultural, além disso no caso do Recife Antigo existe a **Recomendação de 20 de setembro de 2000 da Procuradoria da República em Pernambuco**, do Ministério Público Federal, onde todas as obras realizadas no Recife Antigo, onde haja atividade de escavação, deverão prever um projeto e o acompanhamento arqueológico em todas as suas etapas de campo.

A Rua Cais da Alfândega está situada entre a Ponte Maurício de Nassau e a Ponte 12 de Setembro. Os registros iconográficos permitem ver a evolução da sua ocupação ao longo dos séculos. O local vai surgindo à medida que o avanço dos aterros, no extremo sul do istmo, vai se consolidando sobre a Bacia de Santo Amaro (Capibaribe/Beberibe). Algumas construções já são visíveis em iconografia datada do século dezoito. Destacam-se dentre as construções de relevância histórica, a Igreja Madre de Deus, o convento transformado posteriormente na Alfândega e o Forte

do Mattos. Com a intervenção arqueológica foi possível localizar estruturas de diferentes períodos abrangendo desde o século XVIII ao século XX. Além de parte das estruturas dos armazéns à frente e próximos à Alfândega, foi encontrada uma estrutura de “pedra e cal” trabalhada, no trecho próximo ao local onde estaria localizado, de acordo com diversas iconografias, o Arco da Conceição.

O Prédio da Alfândega, situado entre as atuais ruas Madre de Deus e Cais da Alfândega, passou a funcionar neste local em 1826 no extinto Convento da Madre de Deus, que teve parte de sua edificação demolida para a criação de uma rua, a atual Rua da Alfândega, separando a Alfândega da Igreja Madre de Deus. Com a ampliação das terras emersas no local junto ao rio, já no século XVIII, foram construídos vários armazéns à frente e nas proximidades da Alfândega, por vezes sobre o próprio rio, montados em estacas, como é visto em algumas litografias e fotos do século XIX. (4)

O acompanhamento arqueológico identificou parte dos alicerces destes armazéns. A superfície de afloramento dos alicerces estava, em média, a cinquenta centímetros abaixo do nível atual da via. São de tijolos vermelhos batidos e argamassa de cal. Os alicerces são perpendiculares e paralelos à fachada do prédio da Alfândega, sendo que os perpendiculares eram alicerces principais das paredes que dividiam os estabelecimentos, com largura de um metro e cota de profundidade de um metro e trinta centímetros (em relação a superfície). Os alicerces paralelos a fachada eram menos profundos – oitenta centímetros. Ao contrário dos anteriores, eram possivelmente de meia-paredes, ou paredes internas sem maiores *responsabilidades* estruturais. Nas duas linhas de alicerces perpendiculares à fachada da Alfândega, as suas extremidades, distando aproximadamente seis metros e meio da dita fachada, apresentavam-se tombados, sem possibilitar a verificação de sua extensão. No local foram evidenciados vestígios de deposição de material arenoso e material argiloso em camadas de origem natural por sobre tais extremidades, apontando para a possibilidade de ação de forças fluviais, possivelmente uma enchente. A área prospectada cobriu uma extensão de cento e cinquenta e três metros quadrados.

Em períodos de maré baixa à frente do Cais da Alfândega, ficam visíveis três estacas de madeiras, com diâmetro médio de catorze centímetros, que podem ser remanescentes dos alicerces de armazéns visíveis também em fotografias do fim do século dezenove. A inclinação sugerida pela disposição das estacas coincide com o desenho registrado de uma construção em iconografia datada de 1854.

No encontro da Rua Cais da Alfândega com a Avenida Marquês de Olinda, no início da Ponte Maurício de Nassau, estava situado o Arco da Conceição. Próximo a este local estava a cabeça da ponte construída no período nassoviano, a primeira ponte de grande porte da chamada

Veneza Brasileira. No local em que fora construído o Arco estava edificado inicialmente uma das três entradas do Recife, conhecida na época (século XVII) como Porta do Rio. Esta, juntamente com a porta do Mar e a Porta da Terra, eram os três únicos acessos a um Recife guarnecido por obras de defesa. Após a expulsão dos holandeses, foi construído no local da Porta da Ponte, por volta de 1670, um Arco e posteriormente sobre este uma capela com invocação a Nossa Senhora da Conceição, daí o seu nome. O local teve forte participação na vida da cidade até sua demolição no início do século XX. Na primeira metade do século XVIII, em seu entorno, foi construído um cais, ampliando assim, as terras emersas na área em questão.

A pesquisa desenvolvida no sítio pelo L.A. (*Laboratório de Arqueologia da UFPE*), apontava para a possibilidade de que trechos desse “conjunto” estivessem dentro da área em que a equipe de técnicos atuava naquele período. Foi sugerido então a abertura de uma trincheira para que se executasse uma prospecção com intuito de localizar vestígios de uma das construções mencionadas.

Assim, foi aberta uma trincheira de quatro metros de extensão por um metro de largura, quase no limite do tapume que delimitava as obras e paralela a ponte Maurício de Nassau. Logo, a um metro e dez centímetros abaixo do nível da superfície atual, uma sólida estrutura de pedra e cal foi encontrada. Poderia ser uma das estruturas procuradas. Com isso, a pequena trincheira foi ampliada, atingindo uma área de aproximadamente cem metros quadrados e gerando uma movimentação de terra de aproximadamente duzentos metros cúbicos, o equivalente a duzentas toneladas – tendo sido totalmente peneirado. Neste espaço foi delineado o perímetro da estrutura em questão e a seu lado foi, posteriormente, realizado um corte acompanhando o seu traçado. O corte atingiu uma média de quatro metros de profundidade em relação à superfície da via atual. Este corte deixou à vista a fachada da estrutura de cantaria. As pedras de arenito apresentavam-se em blocos com altura constante de quarenta centímetros e comprimento variando de um metro e trinta centímetros a dois metros e quarenta e cinco centímetros. Entre os blocos maiores eram assentados blocos de vinte a quarenta centímetros de comprimento. Apenas a fachada paralela ao rio é que conservava a cantaria, as demais foram retiradas com a intenção de reutilização, sendo visíveis as marcas do instrumental utilizado em sua remoção. As marcas negativas deixadas com a retirada das pedras permitiram a reconstituição virtual das demais fachadas.

A estrutura tem um perímetro visível de quinze metros e a largura da parede é de um metro e sessenta centímetros. A sua superfície de afloramento foi registrada na cota de um metro e dez centímetros, atingindo uma profundidade superior a quatro metros. Não foi possível identificar sua altura total já que fora demolida na parte superior. As faces externas da estrutura apresentam-se inclinadas, a semelhança de um bastião. Os dados obtidos foram comparados com os já existentes (iconográficos, textuais, etc), coincidindo as medidas da estrutura com as de um Cais construído em

1743, apontado por um estudo da iconografia histórica realizada pelo Arquiteto José Luiz Mota Menezes.

Contudo, em uma cópia de uma planta do Bairro do Recife de 1733 atribuída a Manuel de Almeida da Fortuna, localizada na Divisão de Pesquisa do Departamento de História da UFPE, percebe-se a semelhança de parte da estrutura descrita acima, localizada no *entorno do Arco*, com o desenho de uma fortificação. Esta mesma planta aparece no Livro *Imagens do Brasil Colonial* de Nestor Goulart Reis que “*Mostra o bairro do Recife, quase 80 anos após a expulsão dos holandeses, com suas ampliações. O desenho traz uma linha de cerca ou muro pelo lado externo, o projeto de uma meia-lua fortificada, em área até então alagadiça e, na extremidade oposta, a porta, com seus baluartes, remanescentes de um projeto mais antigo(...)*”.(5)

É “*esta linha de cerca ou muro*” que em um de seus trechos coincide com parte da estrutura localizada. Para uma melhor verificação, seria necessária a realização de cortes-teste e posterior escavação em áreas apontadas por um novo estudo. No entanto, após este último, as áreas apontadas estavam fora dos limites do Acompanhamento Arqueológico então em andamento, não sendo possível a investigação científica desses pontos na ocasião do trabalho.

Um detalhe curioso que o autor de *Imagens do Brasil Colonial* chama a atenção é o fato de que Manuel Almeida da Fortuna, que assina como tenente de Fortificações, seria aluno de Diogo da Silveira Velloso na aula de Fortificação que existira em Pernambuco na época, e ainda o auxiliar de João de Macedo Corte Real. Dessa forma não é muito confiável que na presença destes Mestres, um tenente tivesse a autoria do projeto, até porque a carreira de engenheiro militar tinha início com a patente de capitão. O que não impede que o projeto tenha sido realizado por ele ou por outro engenheiro.

Mas chamamos a atenção para o fato da “*coincidência*” mencionada acima não ficar apenas no trecho do acompanhamento na Rua Cais da Alfândega. Durante a prospecção arqueológica do Projeto Luz e Tecnologia, foram localizados alguns trechos de “muros” tanto de pedra e cal quanto de tijolo batido vermelho, na Avenida Alfredo Lisboa, isto é, próximo a “*extremidade oposta, a porta, com seus baluartes, remanescentes de um projeto mais antigo*”. As direções e posições das estruturas localizadas na Av Alfredo Lisboa coincidem com a “*fortificação*” apresentada na planta por Almeida Fortuna. Mas também neste caso a intervenção arqueológica ficou limitada a pequenas valas de no máximo oitenta centímetros de largura, ficando determinadas dúvidas para serem esclarecidas em outra oportunidade, seja em um novo acompanhamento ou um projeto arqueológico específico.

Salientamos ainda que o fato de a estrutura não corresponder com exatidão ao desenho, não invalida a hipótese de se tratar da fortificação apontada em Fortuna, pois mudanças no traçado

original ou no material construtivo, não é privilégio atual. Diante de uma situação adversa à programação, são necessárias resoluções às vezes imediatas, alterando, em loco, a planta original.

Embora hoje o Laboratório de Arqueologia, por exemplo, utilize tecnologia e possua capacidade para a realização de pesquisas de nível internacional, várias vezes se esbarra em limites burocráticos, que entram o andamento da pesquisa, principalmente no caso dos Acompanhamentos. E por mais que o “interesse” na pesquisa seja mútuo das partes envolvidas, a falta de definições de alcance e responsabilidade, ou talvez a falta de prática destes, comprometam ou limitem o alcance da pesquisa arqueológica. Assim, para a realização de uma boa pesquisa, é imperioso não só o domínio da técnica, mas também a possibilidade de usá-las. É preciso discutir, entre outras coisas, os limites de atuação da pesquisa em casos de necessidade de uma ampliação da escavação. É necessária ainda uma discussão com setores privados e públicos sobre as responsabilidades de preservação e de custos acarretados por uma paralisação/atraso no projeto em curso, devido à necessidade de prolongamento da pesquisa. Um resultado melhor poderá ser obtido com a harmonia e o cumprimento das obrigações dos setores envolvidos. Com as questões burocráticas equacionadas é possível o direcionamento dos esforços para um mesmo fim. É também necessário apontar que, mesmo com a dificuldade de se verificar determinadas hipóteses, nos casos de vestígios encontrados nas áreas “limitadas”, há um lado positivo nesta situação, que é o vislumbre das pequenas “janelas” para o passado, fornecendo elementos tanto para respostas quanto para mais perguntas.

Assim, apesar de algumas dificuldades, a pesquisa arqueológica desenvolvida pelo Laboratório de Arqueologia da UFPE no Recife Antigo, vem estudando os sítios isoladamente e distantes no tempo e no espaço, mas sem perder a perspectiva de abordagem dos mesmos em seu conjunto, em suas relações, para que se possa obter um maior entendimento do todo. Mesmo diante das dificuldades técnico-burocráticas, o trabalho vem sendo realizado. A arqueologia de acompanhamento não pode ser e não é meramente um cumprimento das exigências legais para a execução de uma obra em área histórica. É antes de tudo uma ciência buscando conhecer as sociedades passadas, não podendo perder de vista sua função acadêmica.

Além da contribuição para o conhecimento da História brasileira, o trabalho arqueológico no Recife Antigo possibilita, quase que imediatamente, estimular o potencial turístico do local. Mais que isso, permite, ao descortinar o passado, trazer novas reflexões sobre a História do Recife, pois *“(...) Há espaços que concentram lembranças que as reformas urbanas não conseguem apagar, desde que não se perca de vista que a história é esse diálogo constante dos tempos inventados pelos homens. A história das cidades está inscrita na sua paisagem e nas suas ruínas, no silêncio aparente das construções mais antigas e no murmurar das testemunhas (...).”*(6) Enfim, como bem

lembra o Coordenador do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco:

“Um povo que não conhece seu passado, não tem perspectiva de futuro”.

(*)Lenivaldo Cavalcante é concluinte do curso de História (Bacharelado e Licenciatura) da UFPE e estagiou de março de 1999 a março de 2003 no Laboratório de Arqueologia do Departamento de História da UFPE e como bolsista do CNPq, durante esse período, foi orientando do Professor Marcos Albuquerque.

Depto. de História, Laboratório de Arqueologia, CFCH, UFPE, 50740-520, Recife-PE, (081) 2718291. Apoio: CNPq, URB. e-mail do autor: lenincs@yahoo.com

Notas:

- 1 **BARLAEUS**, Gaspar. **História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil**. P 185.
- 2 **MENEZES**, José Luiz Mota. **O Urbanismo Holandês no Recife - Permanências no Urbanismo Brasileiro**. Comunicação apresentada no Colóquio "A Construção do Brasil Urbano", Convento da Arrábida - Lisboa 2000. in: <http://urban.iscte.pt/revista/numero4/artigos.htm>.
- 3 **ROCHA**, Juliana de Holanda Alves. **Projeto Luz e Tecnologia no Recife Antigo – Estudo do material arqueológico**. Comunicação apresentada no IX Congresso de Iniciação Científica, UFPE. In ANAIS IX CONIC, Vol II, P. 312.
- 4 Alberto Gabriel F.Secretan, W. Bassler, Augusto Stahl, Duscable etc.
- 5 **REIS**, Nestor Goulart. Imagens do Brasil Colonial. Figura PE 33. Meio digital
- 6 **REZENDE**, Antonio Paulo. **O Recife: Histórias de uma cidade**. Fundação de Cultura Cidade do Recife. 2002. Pp. 67, 68.